

EU CANTO, EU PENSO, EU DANÇO, EU SENTO, EU SINTO: NARRATIVAS ENCARNADAS DE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA

OLIVEIRA, Mayra Ribeiro de, EACH - USP, mayraribeiro.3436@gmail.com

BONASSOLI, Luiz Felipe, EACH - USP, luizf.bonassoli@usp.br

CRUZ, Elizabete Franco, EACH - USP, betefranco@usp.br

Resumo

Neste texto, analisamos o cruzamento entre deficiência e sexualidade, considerando o corpo como processo inacabado e atravessado por normas sociais que definem quem pode existir, desejar e ser reconhecido. A corponormatividade estabelece padrões de corpo legítimo e desejável, funcionando em conjunto com o capacitismo para excluir, silenciar e infantilizar corpos com deficiência. O objetivo foi problematizar como essas normas regulavam a experiência de pessoas com deficiência, limitando a agência, o reconhecimento social e a sexualidade, e como práticas de resistência afirmam desejos e formas alternativas de existir. Adotamos uma abordagem autoetnográfica, partindo das experiências pessoais de uma de nós, uma mulher com deficiência visual, as quais foram analisadas como conhecimento situado, articulando vivências, aprendizagem, sexualidade e interações cotidianas. Corpos com deficiência enfrentam mitos que os tornavam invisíveis ou hipersexualizados, negando autonomia e desejo. Entendemos que considerar o corpo como campo em disputa possibilita questionar normas excludentes, reconhecer a sexualidade de pessoas com deficiência como legítima e múltipla. Defendemos, assim, a importância de transversalizar a deficiência entre os marcadores sociais da diferença e reformular práticas sociais, acadêmicas e políticas ainda presas à lógica capacitista, além de repensar a corponormatividade e ampliar os horizontes de desejo, reconhecimento e dignidade.

Palavras-chave: Capacitismo; Corpo; Corponormatividade; Dissidência; Sexo.

1 - Reconhecer

Escrevemos este texto em conexão. Somos uma mulher branca cis, com deficiência visual, lésbica, que compartilha suas histórias e experiências; uma bicha não binária branca, sem deficiência, que atua como interlocutor e coautor; e uma mulher branca cis, heterossexual, sem deficiência, professora, que acompanha e revisa o texto. Assumimos, desde o início, que nossa escrita não busca neutralidade, ela se constrói a partir de corpos, trajetórias e perspectivas diversas, entrelaçadas em contradições, desconfianças e possibilidades. A partir da letra de Linn da Quebrada, que dá título a esse texto, trazemos uma reflexão sobre a ética da corporeidade, acreditamos que reconhecer a humanidade de cada corpo e também reconhecer a legitimidade de suas experiências, desejos e formas de existir no mundo, implica compreender que sentir, cantar, pensar, existir, dançar, amar, errar,

gozar, e até sentar podem ser atos de afirmação e insurgência contra as normas que tentam apagar a complexidade humana.

2 - Escrita com o corpo

Utilizamos a metodologia autoetnográfica, como propõe Mello (2019a) ao narrar sua experiência como mulher surda que utiliza implante coclear, Mello evidencia como ouvir e não ouvir não são apenas condições técnicas, mas experiências encarnadas em uma sociedade colonial e binária. Inspiradas por essa abordagem, trazemos aqui experiências de uma de nós, e a partir delas pensamos a deficiência e a sexualidade não como dados individuais, mas como conhecimento situado, implicado, político.

É por isso que insistimos que falar sobre sexualidade com/de pessoas com deficiência é tarefa coletiva. É preciso orientar meninas e mulheres em relação à prevenção, à saúde, ao cuidado, de maneira acessível. É necessário desinfantilizar esses corpos, reconhecê-los como corpos desejantes, possíveis, múltiplos. Para avançarmos, é necessário transversalizar a deficiência entre os marcadores sociais da diferença e reformular práticas sociais, acadêmicas e políticas ainda presas à lógica capacitista.

3 - Mexendo meu corpo, mexendo meu braço e a cabeça rodando

Quando eu era criança, minha tia disse à minha mãe que não precisava me ensinar a dançar direito porque eu era uma pessoa com deficiência visual e, portanto, ninguém ligaria para o jeito que eu dançava. Ainda hoje, as pessoas julgam que preciso de alguém para me conduzir, ou que não danço “do jeito certo”. São em pequenas situações como essas, que se sintetiza a violência cotidiana a que corpos como o meu são submetidos, o corpo é antecipadamente lido como fora de lugar, incapaz de performar a beleza, a graça ou qualquer forma de adequação esperada. Ao mesmo tempo, revela como a deficiência é capturada por discursos que a limitam e reduzem, transformando-a em justificativa para negar a aprendizagem, o prazer e a expressão, numa tentativa de reduzir nossa existência à própria deficiência. Escrevemos este texto a partir de um desejo simples e profundo. Queremos dançar muito, apenas dançar, até nossos pés doerem e o corpo se dissolva em movimento, dançar livre, dançar até o corpo esquecer todas as regras, dançar perfeitamente errado, e afinal, quem define qual é a maneira correta de dançar?

4 - Corpo e sistema

Para continuar, precisamos questionar sobre o corpo, o que é um corpo? Quem define a materialidade do corpo? Quem lhe dá valor – e por quê? Em concordância com Russell (2020) acreditamos que o corpo abriga discursos sociais, políticos e culturais, que mudam conforme o lugar em que ele se situa e a maneira como é lido. Quando generificamos um corpo, fazemos suposições sobre sua função, sua condição sociopolítica, sua fixidez. Quando o corpo é dividido por fronteiras binárias hierárquicas baseadas na cisheteronormatividade, ele passa a ser programado a performar guiado por um conjunto de regras e exigências que validam e verificam a humanidade do mesmo.

Essa inscrição não é neutra, o corpo não é uma superfície passiva, mas um campo de disputa onde se entrelaçam convenções culturais, códigos políticos e regimes de verdade que decidem quem é inteligível, quem é abjeto, quem é humano. Embora seja simultaneamente todo e parte, integralidade e fragmento, o corpo é sempre atravessado por discursos que lhe atribuem significados distintos, ora ancorados em pressupostos biomédicos, ora sustentados por convenções sociais (Louro, 2000; Torras, 2007). Nesse sentido, o corpo não pode ser pensado como mera materialidade, mas como uma obra em processo, sujeita a rasuras, sobreposições e reformas contínuas, mas na qual só são legitimadas plenamente as formas que se ajustam ao desenho normativo.

Recusar o corpo como arquitetura coercitiva é reconhecer nele a possibilidade de se transformar, de deixar ir formas impostas e habitar outras possibilidades de existência. Esse processo pode trazer luto, pois envolve desfazer-se de modelos internalizados, mas também pode ser celebração, a coragem de mudar de forma, de experimentar diferentes eus e de encontrar novos modos de ser. O corpo, é simultaneamente ferida e festa, restrição e abertura; nele se inscrevem regimes de poder, mas nele também se produzem os desvios, as “falhas” e os movimentos que nos permitem sonhar.

5- Corpo e norma

A corponormatividade opera como regime que define quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais são relegados à margem. Trata-se de uma estrutura social que, como aponta Mello (2019b), institui um tipo específico de corpo

como referência universal, tornando-o medida de humanidade, de desejo e de valor. Esse processo não apenas produz identidades, mas também sustenta exclusões, apagamentos e hierarquias ontológicas. Corpos que escapam desse padrão, corpos dissidentes, corpos com deficiência, corpos trans, são marcados como desviantes, lidos como menos capazes, menos desejáveis, menos dignos de reconhecimento.

Essa corponormatividade se faz sentir nas relações mais banais do cotidiano, como em relações afetivas, Carmo (2023) observa que o corpo das pessoas com deficiência ainda é submetido a um modelo de normalidade padrão. Assim, muitos não entendem quando alguém deseja ou sente prazer com uma pessoa com deficiência. Essa incredulidade se traduz em olhares de estranhamento, em perguntas invasivas, em silenciamentos sistemáticos da sexualidade. Trata-se de uma visão castradora e infantilizante, que não reconhece a agência nem a complexidade da vida afetiva e sexual desses corpos. A estrutura que fundamenta essa lógica é o capacitismo, Andrade (2015) define-o como toda forma de preconceito e discriminação que coloca em xeque a capacidade da pessoa em razão de sua deficiência, tratando-a como inapta para o trabalho, para o cuidado de si e para a vida independente. O capacitismo não se restringe a práticas individuais de preconceito, é um sistema estrutural que organiza instituições, políticas públicas, afetos e até mesmo os estudos acadêmicos. Ele é, como alerta Ávila (2015), também uma barreira epistemológica, reforça a ficção de um sujeito político universal, apto, autônomo e funcional.

6 - Desejo e mito

O capacitismo está presente no meu dia a dia, as pessoas acham que eu não consigo morar sozinha; tomar banho; cuidar de alguém; trabalhar; estudar; escrever; transar; saber sobre as dores que sinto; ser inteligente; decidir sobre minha vida. Crescer com esse entorno de suposições é crescer sob o peso de uma constante negação de autonomia. Quando criança, eu escutava perguntas direcionadas à minha mãe, se eu poderia ter filhos, se eu iria casar, se alguém cuidaria de mim quando ela morresse. Essas conversas aconteciam como se minha vida fosse um espetáculo público, um corpo aberto ao escrutínio social. Ninguém perguntava a mim; as perguntas eram sempre sobre mim, nunca para mim.

No campo da sexualidade, o capacitismo se traduz em uma série de mitos persistentes. Maia e Ribeiro (2010, p. 159) enumeram alguns deles:

“1) pessoas com deficiência são assexuadas, incapazes de sentir desejo; 2) pessoas com deficiência são hiperssexuadas, marcadas por um desejo incontrolável; 3) são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de manter relacionamentos; 4) não conseguem usufruir o sexo “normal”; 5) a reprodução é sempre problemática, já que seriam estéreis, incapazes de cuidar de filhos ou fadadas a reproduzir a deficiência.”

Esses mitos ganham corpo em práticas concretas, em minhas próprias experiências, por exemplo, na vida adulta, esse apagamento se traduziu em novas formas de violência simbólica. Uma vez, ao encontrar uma pessoa por um aplicativo de relacionamento, para um encontro casual, percebi que não existia interesse em mim, mas em performar um discurso de admiração: “você é um exemplo de superação”, dizia, como se o simples fato de eu ter desejos sexuais ali fosse extraordinário. Minha presença não era reconhecida como presença de sujeito desejante, mas como prova de uma narrativa inspiracional. Em outra ocasião, em uma padaria com minha até então, namorada, uma atendente nos abordou e disse: “é lindo ela trazer a irmã especial para tomar café”, mesmo diante dos nossos gestos de afeto claramente românticos. Situações como essa revelam como a sexualidade das pessoas com deficiência continua a ser negada, infantilizada, invisibilizada, ou inconcebível no imaginário social.

É preciso lembrar, porém, que nenhuma experiência é universal. As violências que sofri ao longo da vida não se restringem à deficiência, foram também atravessadas pela lesbofobia, pela moral religiosa, pela normatividade de gênero, quando finalmente consegui me relacionar com outras mulheres, já na faculdade, ainda carregava o medo e a culpa introjetada por anos de silenciamento.

7 - Adeus à corponormatividade

Incorporar a deficiência como categoria de análise amplia o escopo das perguntas possíveis, quem é autorizado a ser desejante, a exercer a sexualidade, a ocupar o espaço público sem pedir licença? É possível pensar o desejo em corpos que não foram previstos pela norma, que foram sistematicamente negados? Por que o corpo vivendo com deficiência ainda é visto como incapaz de amar, de gozar, de desejar? Como subverter o imaginário que infantiliza, medicaliza ou erotiza de forma perversa os corpos não normativos? Como repensar a sexualidade não apenas como instinto natural, mas como campo de disputa política e cultural, onde se joga

também a possibilidade de prazer, afeto e agência? O que se transforma quando entendemos que as dimensões, deficiência e sexualidade, não são esferas apartadas, mas territórios que se atravessam, se fraturam e se reconfiguram mutuamente? Que epistemologias estamos dispostos a escutar quando o saber não se separa da dor, ou da experiência encarnada da exclusão?

Falar de sexualidade e deficiência não é um mero gesto de denunciar a exclusão de corpos das narrativas dominantes sobre prazer e desejo, mas sobretudo afirmar outras possibilidades de viver e produzir sentidos para a experiência erótica. Isso implica romper com a corponormatividade. Ao trazer à tona o cruzamento entre deficiência e sexualidade, não estamos lidando com um suplemento a ser acrescentado às lutas feministas, *queer* ou anticapacitistas, mas com uma fissura que atravessa todas elas e que exige um reposicionamento ético, político e epistemológico. Não é sobre, apenas incluir a deficiência na pauta da sexualidade ou vice-versa, mas compreender como a relação entre ambas pode corroer os alicerces da corponormatividade e abrir brechas para pensar mundos onde o desejo não esteja subordinado à lógica da normalidade.

Agradecimentos

Este trabalho tem apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Referências

ÁVILA, E. de S. Do high-tech à azteca: descolonização cronoqueer na ciberarte chicana. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 191-206, jan./abr. 2015.

ANDRADE, F. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? 2015. Disponível em: <https://asgordas.wordpress.com/2015/12/03/capacitismo-o-que-e-onde-vive-com-o-se-reproduz/>.

CARMO, Carlos Eduardo Oliveira do. *Vocês, bípedes, me cansam! Modos de aleijar a dança como contranarrativa à bipedia compulsória*. Camaçari, 2023. 226 f.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, maio/ago. 2010.

MELLO, Anahi Guedes de. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. Orientadora: Miriam Pillar Grossi. 2019a. 184 f.

MELLO, Anahi Guedes de. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas (org.). *Desigualdades, gêneros e comunicação*. São Paulo: Intercom, 2019b. p. 125-142.

RUSSELL, Legacy. *Glitch feminism: a manifesto*. Londres: Verso, 2020.

TORRAS, Meri. El delito del cuerpo. In: TORRAS, Meri. *Cuerpo e identidade I*. Barcelona: Edicions UAB, 2007. p. 11-35.